

CONSELHEIRO PINTO OSÓRIO (1842-1920)

Augusto Carlos Cardoso Pinto Osório nasceu na Quinta da Breia, em S. Paio de Jolda, concelho de Arcos de Valdevez no 1 de janeiro de 1842.

Era filho de José Simplicio Cardoso Pinto de Moraes Sarmiento, senhor da Quinta da Breia, contador em Ponte de Lima, Cavaleiro da Ordem de Cristo, e de sua mulher D. Francisca Cândida Coutinho da Cunha Osório.

Viveu parte da sua vida em Ponte de Lima, onde teve aulas de latim, entre outras disciplinas, com Miguel Roque dos Reis Lemos. Morava na denominada *Casa do Arrabalde*. Aí cultivou estreitas ligações com as famílias Magalhães Barros, Sá Coutinho e Abreu Coutinho.



Retrato de Conselheiro Pinto Osório.
Desenho a óleo sobre tela.
(Casa da Breia)

Matricula-se em 1860 e em 1865 conclui o bacharelato na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde consolidou os seus ideais de justiça e de liberdade, que eram já uma tradição de família.

Durante a sua vida académica, convive com grandes nomes – João de Deus, Antero de Quental, José e Alberto Sampaio, Manuel de Arriaga, entre outros que vieram a ter um papel preponderante na nossa história.

Foi este ambiente de ideais e de homens *“que determinaram a formação social do seu espírito e onde a sua inteligência se robusteceu rapidamente, respirando os mais salutares ensinamentos”*.

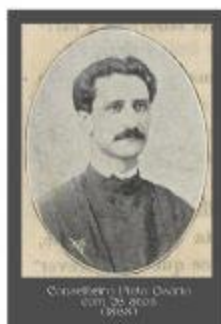


Aspecto da Quinta da Breia

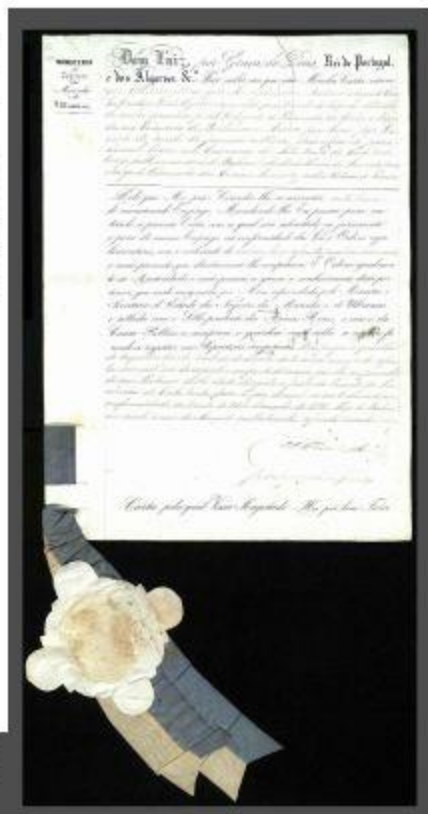


Terminada a sua formatura, regressa a Ponte de Lima, onde residia a sua família. Ali fundou, com outros amigos, um jornal com o intuito de defender as pessoas e de promover *“com grandiosissimo brilho e energia os interesses da região”*. Nasce assim o *Echo do Lima* do qual foi colaborador juntamente com Francisco Roberto de Araújo Magalhães Barros.

Desempenhou o cargo de Delegado do Procurador da Coroa e Fazenda na Comarca do Sotavento, na ilha de Santiago – Cabo Verde, entre 15 de maio de 1868 a 13 dezembro de 1869. Nesta altura, regressa a Lisboa doente e viuvo da sua esposa D. Amélia Coutinho Velgueziras Osório (sua prima), com quem esteve casado apenas dois anos. Pinto Osório dedicar-lhe-lha algumas páginas dos seus livros *Lembrança de Infocidade e Figuras do Passado*.

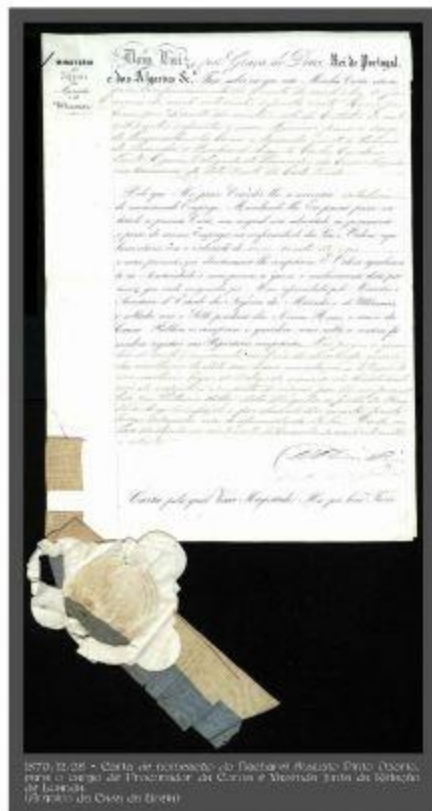


Cavalleiro Pinto Osório
26 anos
(1868)



1868-03-21 - Carta de transferência do Cavalleiro Cavalleiro Pinto Osório, Delegado do Procurador da Coroa e Fazenda no Comarca do Sotavento (Ilha de Santiago) para o Comarca de Setúbal (Cabo Verde).
Arquivo do Casa do Povo

Em 1870 foi Procurador da Coroa e Fazenda em Luanda e, entre 5 de abril de 1871 a 17 de setembro de 1872 volta ao arquipélago de Cabo Verde onde exerce a função de Juiz de Direito na mesma comarca de Sotavento.



Foi durante esse período em África que Pinto Osório luta entusiasmadamente a favor da libertação dos negros chegando mesmo a Presidente da Junta Protectora dos Escravos e Libertos, no arquipélago de Cabo Verde. Em 1874 recebe a satisfação de ver coroados os seus esforços com a publicação do decreto que declarava para sempre livres os indivíduos de raça negra, elevando-os a dignidade de homens e a consciência de cidadãos.



Redigiu as Instruções aprovadas pela portaria de 28 de maio de 1869, daquela província [Cabo Verde], que refrearam a sanha dos interessellos escravagistas. E Dirigi, em nome da referida Junta, uma altiva representação ao rei, dizendo-lhe que os princípios de direito, as maximas cristãs, a dignidade do país, do seculo e da humanidade não podiam tolerar a sobre-existência de tamanha noção no meio de tantas liberdades conquistadas.

Conselheiro António Verreira

Graças aos altos serviços prestados ao país e as suas eminentes qualidades de juriseconsulto, foi agraciado com a Comenda da Ordem de Cristo, em 1874, e com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, em 1919. Contudo, o seu carácter liberal e reto, levou-o a renunciar as condecorações:

Conserva a tua beca tam limpa de condecorações como de manchas. Não te abalxes a apanhar aquela avariada mercadoria. Despreza esse falso e fingido brilho!..

Conselheiro Augusto Pinto Osório

Declinou, igualmente, os convites que lhe foram dirigidos para exercer cargos da mais alta representação política: Reitor da Universidade de Coimbra, Governador Civil da mesma cidade, Par do Reino no tempo de João Franco e Ministro da Justiça nos ministérios de Venceslau de Lima e Bernardino Machado.

Reputava todas as honras para ficar unicamente com aquela que era, para si, a única, a maior de todas e que por nenhuma outra trocaria: ser Juiz!

Jaime Pinto Osório



Enquanto Sócio Honorário da Associação dos Advogados de Lisboa, coube-lhe proferir, na sessão de 19 de Dezembro de 1917, o elogio do sócio, também honorário, Eduardo de Serpa Pimentel – *Elogio biográfico do sócio Eduardo de Serpa Pimentel*.



Em 1925, esteve a com intercessão em Ponte de Lima, apresentando o seu trabalho por obter melhores condições para os alunos da Escola de Artes e Ofícios, anexada ao Colégio de Lamego.



Igreja de S. Paulo de João (Ponte de Veiros), onde foi batizado.



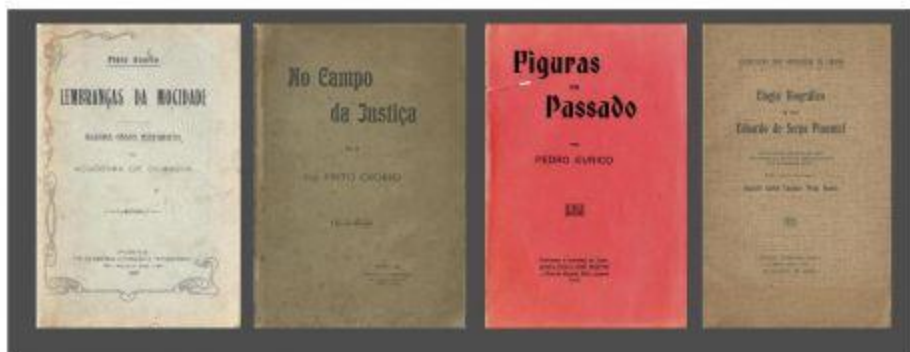
Capela de Nossa Senhora do Braço Armado de Lamego, onde casou com D. Mariana Oliveira Coutinho da Costa Osório.



Um homem de leis mas também de letras, o Conselheiro Augusto Pinto Osório redigiu várias obras, algumas das quais com o pseudónimo que adotou na juventude — Pedro Eurico.

Escreveu substanciosos artigos para Revistas jurídicas, principalmente para a Revista dos Tribunais, e publicou os livros "No Campo da Justiça" e "Figuras do Passado". Sobre as questões de Macau tinha antes escrito "História d'uma Administração Ultramarina" e na Associação dos Advogados de Lisboa, leu [e redigiu] o Elogio de Eduardo de Serpa Pimental.

Caetano de Albuquerque



Acórdão do Supremo Tribunal de 1907

António Pinto Osório

Acórdão do Supremo Tribunal de 1907, que decidiu sobre a fiscalização do poder judicial sobre os decretos ditatoriais.

Por este acórdão, o Supremo Tribunal decidiu que o poder judicial não podia fiscalizar os decretos ditatoriais, pois estes eram atos de soberania do chefe do Estado.

Ílias, conforme é referido por António Verreira, "uma das atitudes judiciais mais ativas - se não a mais ativa! - que nobilitam a boca do juiz Pinto Osório e honram as tradições da magistratura portuguesa, ficou historicamente vinculada no acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 23 de julho de 1907.

Foi este o célebre acórdão que decidiu o caso da fiscalização do poder judicial sobre os decretos ditatoriais".



Em 1877, quando é transferido para Macau, leva com ele, na sua bagagem de magistrado, *uma boa cultura de filosofia enciclopedista do século XVIII, uma completa educação política de constitucionalista e, como consequência, afirmava no campo estritamente jurídico a sua mentalidade de liberalista.*

A constatação de monstruosos abusos - castigos de varadas e outras penas corporais - perpetrados pelo então governador da colónia Carlos Eugénio Correia da Silva, Conde de Paço d'Arcos (que governou Macau entre 1876-1879), levou o Conselheiro Pinto Osório a encetar lutas contra as tiranias e crueldades. Estas divergências estão na origem da saída do Conselheiro Pinto Osório dessa comarca.

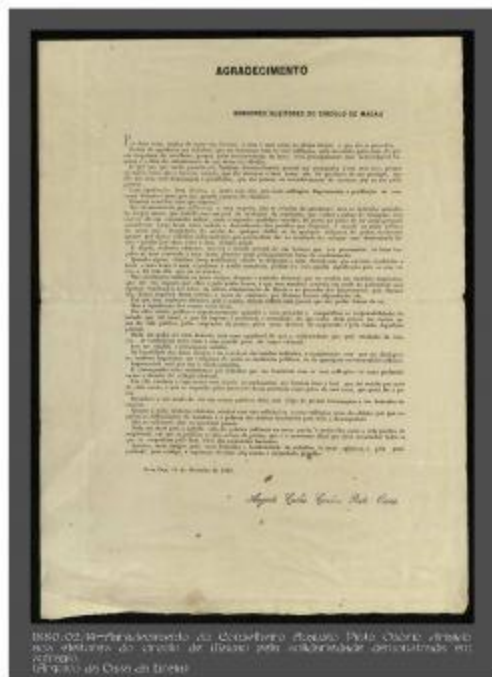


Conselheiro Pinto Osório com de 1878

Em resultado destas desavenças e imbuído do sentimento de justiça escreve o livro *História de uma Administração Ultramarina*, que consiste num grito de protesto e de revolta.

Escreve, ainda, em 14 de fevereiro de 1880, uma carta de agradecimento dirigida aos eleitores do círculo de Macau na qual manifesta o seu profundo agradecimento pela solidariedade demonstrada ao elegerem-no para o parlamento, não obstante "os anathemas políticos, ou de quaisquer, excommunhões officiaes" de que foi alvo devido à sua posição e atitudes assumidas durante a sua permanência em Macau.

Em 1880 toma posse como Juiz da Relação de Goa.



1880-02-14-Brasão do Conselheiro Augusto Pinto Osório, dirigido aos eleitores do círculo de Macau pela solidariedade demonstrada em relação ao Círculo de Goa em 1880.



Tendo terminado os 15 anos de serviço judicial no Ultramar, é nomeado, em 1887, Juiz da Relação de Ponta Delgada – Açores e em 1890 passa para a Relação do Porto, onde exerce o cargo de Presidente.

Finalmente, em 1903, é promovido a Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, onde veio a exercer igualmente a lugar de Presidente.

Entre 1905 e 1907, acumula a função de vogal do Conselho Superior de Magistratura Ultramarina.

Após a Instauração da República, em 1910, é nomeado Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, cargo que ocupa até a aposentação, em 1912.

O Conselheiro Augusto Pinto Osório exerceu ininterruptamente a carreira de magistrado durante 45 anos (1867-1912).



Pertenceu ao Instituto Histórico do Minho, onde foi proferido o seu Elogio Crítico e Biográfico, em 12 de maio de 1920, pelo também Conselheiro António Ferreira, cuja intenção foi *“tão somente fazer ouvir ao país culto a voz dos seus compatriotas que tanto o admiraram e amaram e que, começando agora a enxugar as lágrimas de luto, se comprazem, para consolo seu, em proclamar esta figura alhiva de Iliriano como uma autentica gloria da região”*.

Se, pelo sangue, era português de lei, pela terra era do mais lindo canto de Portugal.

Conselheiro António Ferreira

Faleceu no Porto, em 6 de abril de 1920, na conhecida Casa de Saúde do Dr. Tito Fontes e do Dr. Augusto Franchini, onde se encontrava em tratamentos.

Tal como era sua vontade, expressa na sua disposição testamentária, foi sepultado em campa rasa no pequeno cemitério da terra que o viu nascer - S. Palo de Jolda (Arcos de Valdevez).

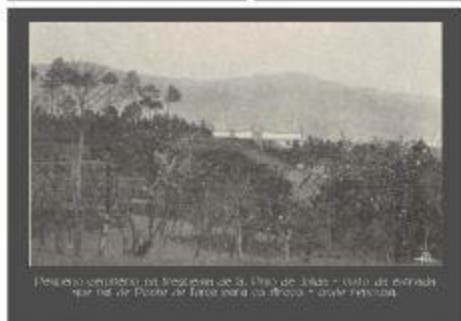
Quería, desta forma:

Reintegrar e restituir ao torrão limiano o que dele recebera, para que também a sua alma de sonhador, eternamente no culto pantelista da paisagem natal, por ali vagasse... e com o seu corpo vegetalizado pudesse ainda, numa ternura postuma, contemplar a murmura corrente das cristalinas e lendárias águas...

Conselheiro António Verreira



1920-04-06 - Jornal A Manhã - 105



Fotografia do cemitério na freguesia de S. Palo de Jolda - vista do estrado que sai de Ponte de Lima para a freguesia de S. João de Lousada

Bibliografia

VERREIRA, António. Saraiva - Mito crítico e literário do castelheiro. Braga: Centro de Estudos Saraiva, 1992.
VERREIRA, António. Saraiva - Mito crítico e literário do castelheiro. Braga: Centro de Estudos Saraiva, 1992.
VERREIRA, António. Saraiva - Mito crítico e literário do castelheiro. Braga: Centro de Estudos Saraiva, 1992.